



**SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL
DEPARTAMENTO REGIONAL DO TOCANTINS – SENAI-DR/TO**

CNPJ nº 03.777.465/0001-41

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Findas em 31 de dezembro de 2021 e 2020

Nota 01. Contexto Operacional

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI-DR/TO é uma entidade de direito privado. Instituído através do Ato Ad Referendum nº 08/92 do Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem industrial em 29 de junho de 1992, em conformidade com o Regimento do SENAI, conforme termos do Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942, cujo regimento foi aprovado pelo Decreto nº 494, de 10 de janeiro de 1962, alterado e acrescentado pelo Decreto nº 6.635, de 5 de novembro de 2008. O estabelecimento matriz é inscrito sob o CNPJ: 03.777.465/0001-41, sediado na ACSE 1 Rua de Pedestre SE 3, Lote 29, S/N, Centro 2º Andar, na cidade de Palmas – TO.

O Departamento Regional do Tocantins tem como objetivo oferecer cursos na área de educação profissional, serviços técnicos e tecnológicos alinhados à demanda do Estado, utilizando estratégias de atendimento adaptadas à realidade regional. São 8 (oito) unidades, sendo 5 (cinco) escolas, 1 (um) posto avançado (1) sede administrativa, que somada à Unidade Móvel oferece diversos cursos, nas áreas industriais, além de prestar serviços técnicos e tecnológicos às indústrias locais.

Centro de Formação	Cidade
CETEC Araguaína – Centro de Educação e Tecnologia	Araguaína
CETEC Palmas – Centro de Educação e Tecnologia	Palmas
CFP Paraíso – Centro de Formação Profissional	Paraíso do Tocantins
CFP Taquaralto – Centro de Formação Profissional	Palmas
CT Gurupi – Centro de Treinamento	Gurupi

Na qualidade de serviço social autônomo, seus bens e serviços gozam de ampla imunidade fiscal e tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613/1955. Em relação as contribuições sociais, especificamente a CSLL não está sujeita por não apurar lucro, portanto, não se enquadra nas regras da Lei nº 10.833/2006. Quanto a contribuição sobre o PIS/PASEP e COFINS sobre o faturamento é isenta.

As principais fontes de receitas da Entidade são as contribuições compulsórias, previstas nos artigos 4º e 6º do Decreto-Lei nº 4.048 de 22 de janeiro de 1942, recolhidas mensalmente pelas empresas enquadradas no seguimento industrial. A arrecadação dessas contribuições ocorre de forma direta, quando o contribuinte recolhe diretamente aos Departamentos Regionais ou, de forma indireta, através da guia de recolhimento da Contribuição Previdenciária paga à Receita Federal do Brasil.

COVID-19

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou que o Corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde mundial. Essa emergência impactou em decisões significativas de governos e entidades privadas, os agentes econômicos podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

O governo federal devido ao Corona vírus criou MP nº 932/2020 que reduziu as alíquotas das contribuições. E criou também a MP nº 936/2020 convertida na Lei nº 14.020/2020 que institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.

A Administração da Entidade tem monitorado atentamente os desdobramentos relacionados a pandemia de COVID-19 e a segunda onda que atingiu o Brasil a partir da segunda quinzena do mês de fevereiro de 2020, quando diversas cidades passaram a adotar medidas restritivas mais rígidas, de modo a incentivar o isolamento por parte da população brasileira.

Tais medidas fizeram com que ocorresse novamente um arrefecimento da economia, que por consequência afetou a economia mundial e brasileira. Sendo assim, foi observada em 2021, considerando a situação emergencial, que a nossa projeção de receitas e dos fluxos de caixa sofreu alterações operacionais para o exercício de 2021.

Face as incertezas dos impactos e duração da segunda e agora de uma terceira onda de COVID-19, a Administração voltou a adotar medidas contínuas de preservação do caixa. A Operadora segue gerenciando diligentemente seus recursos financeiros, de forma a cumprir com as obrigações assumidas.

A Administração da Entidade entende que não houve necessidade de eventuais mudanças nas premissas e julgamentos atualmente adotados, ou de ajustes nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2021, e como resultado da implementação de medidas de monitoramento constante de caixa, a Entidade, estima que manterá equilibrado seu fluxo de caixa. Com isso, acredita ter recursos adequados para continuar suas operações no curto prazo e médio prazo, deste modo, o pressuposto de *going concern* foi aplicado na preparação das demonstrações financeiras findas naquela data.

A Entidade entende que está tomando as medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19 e atender seus clientes de forma ágil e segura, com o avanço e reforço da vacinação na localidade em que atuamos. Ressalte-se que não temos como estimar ou prever a ocorrência de eventos futuros relacionados a este cenário de um possível desdobramento da pandemia e novas variantes e, portanto, seguimos com o monitoramento de futuros impactos financeiros e avaliação de ações a serem tomadas, assim como garantirmos que as decisões da Entidade sejam constantemente atualizadas considerando as orientações de saúde em vigor no Brasil.

Nota 02. Apresentação e base de preparação das demonstrações contábeis

As demonstrações financeiras do SENAI-DR/TO foram aprovadas e autorizadas pela sua Diretoria em 20 de janeiro de 2022.

Marcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as Normas Contábeis aplicadas ao Setor Público (NBC TSP), segundo a padronização e as peculiaridades do Plano de Contas e Manual de Padronização Contábil do Sistema Indústria, aprovado pelo Conselho Nacional do Serviço Social da Indústria, em consonância com a Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964 e da Lei Complementar nº 101/2000.

As práticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas consistentemente para os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

A fim de gerenciar as contas contábeis e analisar os resultados do exercício de 2021 das principais contas do SENAI-DR/TO, foram identificados os saldos dos demonstrativos contábeis, com suas análises patrimoniais, orçamentárias e financeiras.

(b) Conjunto de demonstrações contábeis

O conjunto de demonstrações contábeis que estão sendo apresentadas é constituído dos seguintes demonstrativos:

- **Balanço Patrimonial** – apresenta os saldos das contas patrimoniais na data do levantamento do balanço;
- **Balanço Financeiro** – demonstra os recursos obtidos e aplicados durante o exercício, com ênfase na variação das contas do disponível;
- **Balanço Orçamentário** – demonstra as despesas e receitas orçamentárias orçadas e realizadas no exercício;
- **Demonstração do Resultado do Exercício** – evidencia a composição do resultado, receitas menos despesas orçamentárias e extraorçamentárias do exercício;
- **Demonstração das Variações Patrimoniais** – demonstra apuração do superávit ou déficit do exercício;
- **Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido** – demonstra as variações ocorridas nas contas que compõem o patrimônio líquido no exercício; e
- **Demonstração do Fluxo de Caixa** – elaborada pelo método indireto, demonstra a geração e a aplicação dos recursos financeiros do exercício.

(c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional do **SENAI-DR/TO** e, quando existentes, operações em moeda estrangeira são convertidas para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Ganhos e perdas resultantes do processo de conversão, quando existentes, são alocados no resultado do período.

CRTDPJ-Palmas 11/03/2022 P61295A Pág. 15/53

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

(d) Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

(e) Benefícios a empregados

A Entidade não concede benefícios pós-emprego, como por exemplo complemento de aposentadoria.

(f) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração utilize estimativas e adote premissas objetivas e subjetivas, para determinar os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas e despesas. As principais estimativas são relacionadas com a determinação de taxas de depreciação do ativo imobilizado, provisão de perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa, provisões para desembolsos originados de processos administrativos e judiciais. Os resultados reais das transações envolvendo essas estimativas podem divergir dos valores apresentados. A Administração da Entidade revisa essas estimativas periodicamente.

Nota 03. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis e de apresentação adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem numerários em espécie, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor. A Administração da Entidade mantém suas aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa, por se tratar de aplicações em fundos de investimentos e títulos de renda fixa (CDB), com resgate imediato.

3.2 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata

As aplicações financeiras de liquidez imediata, quando existentes, são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perdas, quando aplicável.

3.3 Créditos a receber de clientes

Estão apresentados pelo valor de realização e decorrem de serviços prestados, prioritariamente na área de educação, saúde e segurança no trabalho, e são registrados pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos e acrescidos das variações monetárias, quando contratados.

3.4 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

A perda estimada em crédito de liquidação duvidosa, é constituída de acordo com o normativo interno da Entidade, o qual determina a constituição de provisão para perda na razão de 100% (cem por cento), para os títulos vencidos há mais de 180 dias. Para os títulos com vencimento inferior a 180 dias, a provisão, quando necessária, é constituída com base em dados históricos de cada cliente, em

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

montante considerado suficiente pela Administração, para cobrir as perdas prováveis na realização dos créditos.

3.5 Adiantamentos

Referem-se à adiantamentos de salários, férias, 13º salário, adiantamentos de viagens, adiantamentos a terceiros e adiantamentos para realização de despesas de pronto pagamento.

3.6 Departamento conta movimento

Referem-se as transações financeiras entre o SENAI/DR-TO e Departamentos Regionais do SENAI em outros Estados e Departamento Nacional.

3.7 Receitas a receber

Representam as receitas de contribuições compulsórias e subvenção ordinária, reconhecidas pelo regime de competência e não recebidas até a data do balanço.

3.8 Sistema Indústria – Conta movimento

Referem-se ao valor das operações compartilhadas entre as Entidades do Sistema Indústria: SESI, IEL e FIETO.

3.9 Contas correntes ativas e passivas

Referem-se aos valores ativos e passivos, decorrentes das transações realizadas com outros Departamentos Regionais e direitos/obrigações junto a terceiros ou colaboradores.

3.10 Despesas antecipadas

Correspondem aos valores pagos pela contratação de seguros, assinaturas de periódicos e outras despesas que são apropriadas nas contas de resultado, mensalmente, observando o período de vigência do contrato.

3.11 Depósitos para recursos judiciais

Os depósitos judiciais estão apresentados pelo valor original e possuem passivos correspondentes, a menos que, ocorra desfecho desfavorável da questão.

Existem situações em que a Entidade questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

3.12 Imobilizado

Está demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da correspondente depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável acumulada, quando aplicável.

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

A depreciação é calculada pelo método linear a taxas anuais, levando em consideração as taxas anuais determinadas pela legislação fiscal, aplicadas a razão de 100% do valor do ativo, visto que, a Entidade não adota a política de considerar o valor residual do bem.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os terrenos e os bens cedidos não são depreciados.

3.13 Intangível

Os ativos intangíveis são representados por gastos realizados com aquisições de licenças e utilitários de informática. Os direitos relativos a licenças de utilitários de informática, são demonstrados por seus custos históricos, deduzidos dos saldos das amortizações acumuladas, quando aplicável, estas são calculadas com base em taxas lineares anuais (tempo de uso das licenças ou geração de benefícios à Instituição).

3.14 Férias e encargos a pagar

O montante de férias e encargos sobre férias a pagar foi calculado, com base na legislação trabalhista vigente, considerando o período aquisitivo de cada funcionário.

3.15 Provisões para Riscos

As provisões para riscos de perdas em causas cíveis, trabalhistas e fiscais, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida), resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

Na avaliação das causas para efeito de risco de perda provável, consideram-se as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, o julgamento dos advogados internos e externos.

As provisões são revisadas anualmente e ajustadas nas circunstâncias julgadas necessárias, em função de prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais, identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis, devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Os processos judiciais da Instituição são avaliados e revisados periodicamente, com base em pareceres da assessoria jurídica interna, sendo registrados contabilmente de acordo com as regras estabelecidas pela NBC TSP 03 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, que estabelece que uma provisão deva ser reconhecida quando: (a) a Instituição tem uma obrigação presente como consequência de um evento passado; (b) é provável que recursos sejam exigidos para liquidar a obrigação; e (c) o montante da obrigação é possível de ser estimado com suficiente segurança.

CONTABILIDADE 11/03/2022 P.1275A Pág. 10/33

Página 6

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

3.16 Demais Passivo circulante e não circulante

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

3.17 Ativo e Passivo compensado

As rubricas de compensado com função precípua de controle, são utilizadas para consolidar atos e fatos relacionados aos bens, direitos e obrigações relativas às operações realizadas pela Entidade e que não afetam de imediato as contas patrimoniais, mas que podem vir a afetar o patrimônio direta ou indiretamente.

3.18 Reconhecimento das receitas e despesas

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

3.18.1 Receitas Correntes: estão compostas pelas receitas de atividades próprias, tais como:

(a) Receitas de contribuição: representa a arrecadação compulsória direta e indireta. As empresas contribuintes da indústria recolhem ao SENAI, 1% sobre o montante da remuneração paga pelos estabelecimentos contribuintes a todos seus empregados. Além da contribuição compulsória, o SENAI tem uma contribuição adicional correspondente a 20% sobre a contribuição de 1%, devida apenas pelas empresas que têm mais de 500 empregados.

São arrecadadas e fiscalizadas, em regra, pela Receita Federal do Brasil, juntamente com as Contribuições Sociais Previdenciárias.

Estão apropriadas mensalmente, pelo regime de competência, utilizando as informações do Departamento Nacional, com base nas informações da GEAF – Gerência de Arrecadação e Fiscalização, e ajustadas pelo valor recebido.

(b) Transferências Correntes: referem-se a receitas de auxílios mínimo, especial e financeiro, e subvenções especiais e ordinárias, repassados pelo SENAI-DN, para o desenvolvimento de projetos voltados à consecução dos objetivos institucionais da Entidade.

(c) Receitas e despesas financeiras: representam juros e variações monetárias e cambiais ativas/passivas decorrentes de empréstimos, aplicações financeiras, e descontos obtidos de fornecedores. São reconhecidas no resultado pelo regime de competência.

(d) Receitas de Capital: consolidam os registros de empréstimos obtidos, subvenções e auxílios, com a finalidade de execução orçamentária, e da alienação de bens

3.18.2 Despesas Operacionais: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como Despesas Correntes, Despesas de Capital e Variações Patrimoniais/Financeiras, dependentes ou não da execução orçamentária.

(a) Despesas Correntes: consolidam os gastos realizados pela Entidade na manutenção de suas atividades, classificáveis como aplicação direta e como transferências correntes.

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

(b) Despesas de Capital: consolidam os gastos incorridos e as provisões, classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras, e como de transferências de capital, com a finalidade de execução orçamentária.

3.19 Instrumentos financeiros

3.19.1 Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos financeiros são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ao valor justo por meio do resultado, são reconhecidos no resultado. Os ativos financeiros da Entidade incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, receitas a receber – arrecadação e departamento conta movimento.

Recebíveis: são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros: a Entidade avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

3.19.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração: passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo, acrescidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Entidade incluem contas a pagar a fornecedores, contas a pagar, empréstimos e financiamentos e departamento conta movimento.

Mensuração subsequente: após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado, no momento da baixa dos passivos, bem como, durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Empréstimos e Financiamentos: os empréstimos e financiamentos são mensurados inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante e não circulante, conforme o período de amortização total da transação.

3.19.3 Operações com instrumentos derivativos

A Entidade não opera com instrumentos derivativos.

3.20 Tributos e Contribuições

A Entidade, nos termos dos artigos 12 e 13 da Lei nº 2.613, de 23 de setembro de 1955, na condição de prestadora de serviços sociais autônomos, goza de imunidade tributária em relação aos impostos federais, estaduais e municipais. No que se refere à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Entidade não apura lucro, portanto, não está sujeita às regras da Lei nº 7.689/88, art. 1º e 2º, Lei nº 10.833/2003 e IN RFB 1.234/2012, art. 4º, inciso VI.

A contribuição para o PIS/PASEP é calculada sobre a folha de salários, de acordo com o Decreto nº 4.524, de 17 de dezembro de 2002, artigo 9º, inciso VI. Conforme Incisos I e II, art. 46 deste Decreto, as Entidades relacionadas no artigo 9º, inseridos os serviços sociais autônomos, não contribuem para o PIS/PASEP sobre faturamento e são isentas da COFINS.

3.21 Eventos Subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- ✓ Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações financeiras; e
- ✓ Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras.

Não houve qualquer evento subsequente que requer ajustes ou divulgações para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2021.

3.22 Continuidade Operacional

As demonstrações contábeis foram elaboradas pela Administração de acordo com a base contábil de continuidade operacional, ou seja, com base no pressuposto de que a Entidade está operando e continuará a operar em futuro previsível e de que a Administração não pretende liquidar a Entidade ou interromper as operações; e envolveu o julgamento, em determinado momento, sobre resultados futuros inerentemente incertos de eventos ou condições.

3.22 Reapresentação de saldos comparativos da demonstração das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019.

Os saldos apresentados no patrimônio social e no superávit do exercício em 31 de dezembro de 2019, foram modificados, com objetivo de evidenciar a representação adequada dos saldos dessas contas e consequentemente da demonstração das mutações do patrimônio líquido, naquela data.

	<u>Patrimônio Social</u>	<u>Superávit do Exercício</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Originais)	55.506.900,29	8.247.571,38	63.754.471,67
Ajuste entre contas	6.675.501,97	(6.675.501,97)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Ajustados)	62.182.402,26	1.572.069,41	63.754.471,67

Nota 04. Caixa e Equivalentes de Caixa

Estão representados por saldos bancários e aplicações financeiras com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

	2021	2020
Caixa	15,00	-
Bancos conta movimento	691.847,27	513.521,45
Aplicação de liquidez imediata	28.828.406,58	24.160.959,16
Total	29.520.268,85	24.674.480,61

Nota 05. Cientes

O saldo de clientes estava composto conforme descrito no quadro a seguir:

	2021	2020
Clientes exercícios correntes	2.566.032,81	646.911,75
Clientes exercícios anteriores	421.111,75	674.730,34
Total	2.987.144,56	1.321.642,09

A conta de clientes são valores a receber decorrentes de transações usuais e de provisões apropriadas segundo o regime de competência. As receitas de serviços são reconhecidas mensalmente pelo valor do serviço no período que efetivamente foram prestados e as receitas de contribuição são registradas mensalmente com base nos valores orçados informados pela área de Arrecadação.

O valor do saldo da conta redutora dos Créditos a Receber denominada Provisão para Perdas de Recebimentos de Crédito (PDD) foi registrado com base nos saldos dos clientes inadimplentes com um período superior a 181 dias do encerramento do exercício. Todos os títulos da carteira de recebíveis vencidos há mais de 540 dias, os quais tenham se esgotados todas as tentativas de cobrança foram baixados contabilmente.

	2021	2020
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Geral	(111.478,00)	(29.187,35)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Araguaina CR5	-	(10.520,38)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Palmas CR5	-	(1.718,23)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Araguaina SGE	(210.807,15)	(148.125,28)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Gurupi SGE	(26.583,52)	(23.766,36)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Palmas SGE	(190.086,60)	(161.286,89)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Taquaralto SGE	(31.204,42)	(11.491,84)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa - Paraíso SGE	(20.864,86)	(15.830,09)
Total	(591.024,55)	(401.926,42)

Nota 06. Adiantamentos a Empregados

O saldo desse subgrupo se refere basicamente a adiantamentos de férias, despesas médicas e vale transporte concedidos aos colaboradores, conforme descrito no quadro a seguir:

	2021	2020
Adiantamento de férias	89.959,75	119.483,37
Adiantamento para despesas médicas	8.209,66	5.110,39
Adiantamento de vale transporte	7.993,00	1.934,65
Total	106.162,41	126.528,41



Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Nota 07. Departamento Conta Movimento – Ativo Circulante

O saldo desta conta consolida as operações de contas correntes com os Departamentos Regionais e o Departamento Nacional, representando os serviços efetuados entre as Entidades do Sistema Indústria, cobrados através dos Avisos de Lançamentos (AL):

	2021	2020
Departamento Nacional	1.648.640,95	1.706.829,72
Departamentos Regionais	77.889,00	60.784,00
Total	1.726.529,95	1.767.613,72

Nota 08. Receitas a Receber

O valor descrito no quadro a seguir se refere a direitos a receber de receitas de contribuições diretas e indiretas, auxílios mínimos e especiais e àquelas relativas as contribuições sobre o 13º salário:

	2021	2020
Receita de contribuições direta/indireta	438.910,69	366.702,74
Receita de cont. S/13º direta/indireta	337.487,52	299.348,79
Receita de cont. auxílio mínimo/especial	2.449.971,06	2.115.425,99
Receita cont. S/13º auxílio minim/espec.	1.525.548,00	1.503.744,00
Total	4.751.917,27	4.285.221,52

Nota 09. Depósito em Garantia

Esse subgrupo se refere a depósitos que foram concedidos em garantia junto a terceiros:

	2021	2020
Depósito em Garantia	654.611,59	545.872,02
Total	654.611,59	545.872,02

Nota 10. Despesas Antecipadas

Estão registrados no ativo os desembolsos antecipados referentes basicamente a seguros, licenças, periódicos e outras despesas, considerando o prazo de geração do benefício, apropriado mensalmente conforme vigência do contrato, da apólice ou durante o prazo do evento:

	2021	2020
Despesas Antecipadas	204.761,87	152.076,36
Total	204.761,87	152.076,36

Nota 11. Imobilizado

O quadro a seguir demonstra a movimentação do imobilizado e as respectivas depreciações:




Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Imobilizado	2021	Adições	Baixas/Transferências	2020
Bens imóveis	45.217.764,58	801.770,00	(235.000,00)	44.650.994,58
Terrenos	4.052.027,70	-	-	4.052.027,70
Prédios	39.734.405,06	4.200,00	-	39.730.205,06
Construção em andamento	92.570,00	327.570,00	(235.000,00)	-
Instalações	1.004.149,37	470.000,00	-	534.149,37
Benfeitorias em imóveis de terceiros	334.612,45	-	-	334.612,45
Bens móveis	40.605.208,07	2.986.889,00	(416.771,59)	38.035.090,66
Mobiliário em geral	5.801.284,41	227.564,31	(80.339,13)	5.654.059,23
Veículos	6.712.070,20	1.357.480,00	-	5.354.590,20
Máquinas e equipamentos em geral	20.233.528,78	994.151,61	(246.488,32)	19.485.865,49
Equip. médicos, cirúrgico e odontológico	193.685,00	-	-	193.685,00
Equipamento de informática	6.736.978,83	327.381,92	(74.802,14)	6.484.399,05
Equipamento de comunicação	760.145,94	58.919,01	(6.942,00)	708.168,93
Outros bens móveis	167.514,91	21.392,15	(8.200,00)	154.322,76
Sub-total	85.822.972,65	3.788.659,00	(651.771,59)	82.686.085,24
(-) Depreciação Acumulada	(33.944.043,62)	(4.415.234,75)	642.829,28	(30.171.638,15)
Total	51.878.929,03	(626.575,75)	(8.942,31)	52.514.447,09

Os bens do imobilizado foram registrados pelo valor de aquisição e/ou construção. As depreciações são calculadas mensalmente pelo método de quotas constantes conforme prazo de vida útil e taxa de depreciação dos bens que relaciona, previstas na legislação fiscal e política de patrimônio. As obras em andamento são incorporadas ao imobilizado quando de sua conclusão e/ou início de operacionalização. Durante o exercício de 2021 não houve mudanças nos critérios de métodos e taxas utilizados.

Nota 12. Intangível

Os ativos intangíveis são relativos aos direitos de uso de softwares, os quais foram registrados com base no custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método de cotas constantes de acordo com sua utilização por prazo legal ou contratual:

Intangível	2021	Adições	Baixas/Transferências	2020
Bens imóveis	1.078.467,49	-	-	1.078.467,49
Direito de uso de software	1.078.467,49	-	-	1.078.467,49
Sub-total	1.078.467,49	-	-	1.078.467,49
(-) Amortização Acumulada	(836.198,79)	(88.993,63)	7.502,99	(754.708,15)
Total	242.268,70	(88.993,63)	7.502,99	323.759,34

Nota 13. Impostos, Taxas e Contribuições a recolher

O saldo desse subgrupo estava composto conforme descrito no quadro a seguir:

	2021	2020
Imposto de renda	136.050,13	103.596,93
ISS	5.311,35	3.299,48
Contribuição sindical	2.935,85	0,01
CSLL/COFINS/PIS/PASEP	9.271,87	13.128,53
Total	153.569,20	120.024,95

Márcia Rodrigues do Paulo
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Nota 14. Salários e Encargos a Pagar

O saldo desse subgrupo estava assim composto:

	2021	2020
Salários a pagar	5.118,44	4.899,69
INSS	149.178,29	76.161,97
Total	154.296,73	81.061,66

Nota 15. Provisões

O grupo de provisões é composto pelas provisões de férias e seus encargos:

	2021	2020
Provisao de Férias	676.245,17	634.975,96
FGTS s/ Provisão de Férias	54.099,77	50.797,99
Total	730.344,94	685.773,95

Nota 16. Departamento Conta Movimento – Passivo Circulante

Essa conta representa o montante de valores recebidos pelo Departamento Nacional relativo a provisões dos auxílios financeiros para conclusão de Projetos Estratégicos.:

	2021	2020
PJ - Implantacao da nova soluçao ERP	38.714,63	94.915,15
PJ - Implantacao do programa compliance	24.158,44	-
PJ- CRM Implantacao de ferramenta	-	45.780,37
PJ - Sustentabilidade energetica CFPS	-	549.693,10
PJ - Certificação digital	228.064,40	264.938,69
PJ - Seminario mov. ind. pela educaçao	137.320,00	137.320,00
PJ - Mod.Tec.dos ambien didaticos - Gurupi	520.653,38	967.126,09
PJ - Mod.Tec.dos ambien didaticos - Aragua	919.238,85	1.391.200,09
PJ - Automacao do processo de recrut e sel	-	28.646,18
PJ - Inova	31.877,33	-
PJ Implantacao do Senai lab	-	13.611,00
PJ Eficiencia energetica Araguaina	1.197.000,00	1.197.000,00
PJ Micro cervejaria Palmas	-	426.400,00
PJ Eficiencia energetica Gurupi	400.000,00	400.000,00
Total	3.497.027,03	5.516.630,67

Nota 17. Convênios – Arrecadação Direta

O saldo desse subgrupo se refere ao repasse de 15% ao SENAI, oriundo dos recursos recebidos pelas contribuições diretas.:




Marcia F. Augusto de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

	2021	2020
DN - Arrecadacao Direta	72.626,13	63.924,72
Fieto 1% Repasse Receita	47.498,33	36.927,31
IEL-NR/TO 1% Arrecadacao Direta/Indireta	8.955,80	8.023,60
Total	129.080,26	108.875,63

Nota 18. Empréstimos e Financiamentos

Trata-se de financiamento obtido junto ao BNDES, por intermédio do Departamento Nacional, conforme contrato de financiamento nº 12.2.0152.1, de 03 de abril de 2012, cujo valor está registrado no passivo circulante e não circulante.

	2021	2020
Curto Prazo		
Empréstimos e financiamentos	1.434.741,25	1.414.330,78
Atualização monetária - BNDES	55.426,88	69.540,38
Sub-total	1.490.168,13	1.483.871,16
Longo Prazo		
Emp. financ.op. externas - BNDES TO	8.685.911,31	10.080.343,45
Atualizacao Monetaria - BNDES	341.298,78	388.038,91
Sub-total	9.027.210,09	10.468.382,36
Total	10.517.378,22	11.952.253,52

Em 28 de outubro de 2013, foi firmado o 3º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito "K3" destinado ao Departamento Regional do Tocantins, no valor de R\$ 6.184.084,68, destinado a implantação de 1 (um) CFP. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de novembro de 2016, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de dezembro de 2016 e a última em 15 de novembro de 2028.

Em 14 de abril de 2014, foi firmado o 4º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito "K4" destinado ao Departamento Regional do Tocantins, também no valor de R\$ 6.184.084,68. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de abril de 2017, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de maio de 2017 e a última em 15 de abril de 2029.

Em 14 de maio de 2015, foi firmado o 5º Termo Aditivo no qual consta um subcrédito "S5" destinado ao Departamento Regional do Tocantins, no valor de R\$ 271.542,00. Com carência de 36 meses, ou seja, até 15 de maio de 2018, prazo de amortização de 144 meses, vencendo-se a primeira parcela em 15 de junho de 2018 e a última em 15 de maio de 2030.

Para as operações citadas nos parágrafos anteriores dessa nota explicativa, foi contratada uma taxa de juros de 1,4% a.a. mais a TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

Em novembro de 2016, o Departamento Nacional emitiu a Resolução nº 38/2016 do Conselho Nacional do SENAI, tratando da metodologia sobre a participação ajustada do Departamento Nacional no âmbito do financiamento junto ao BNDES. Até o mês de novembro de 2016 foi realizado o registro da parte do DR/TO (24%) na conta de obrigação. Após a citada resolução também foi realizado o registro de 76% parte do DN.




Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Nota 19. Restos a Pagar

Refere-se a valores a pagar a fornecedores reconhecidos em restos a pagar em atendimento ao art. 36 da Lei nº 4.320/64:

	2021	2020
Restos a Pagar	2.586.971,34	466.540,11
Total	2.586.971,34	466.540,11

Nota 20. Demais Obrigações a Curto Prazo

O saldo desse subgrupo estava composto por obrigações de consignações e por faturamento para prestação de serviços:

	2021	2020
Consignacoes a Pagar	28.714,77	0,01
Pensao Alimenticia	2.153,82	-
ASSEF - Associação dos Empregados	63,64	-
Banco do Brasil - Emprest. Funcionarios	11.492,94	0,01
Plano de Saude - Unimed	1.344,98	-
Bv - Emprestimo Funcionario	10.976,59	-
Plano Odontologico - Senalba	2.682,80	-
Faturamento para Prestacao de Serviço	572.048,02	712.399,77
Prestacao de Servicos Futuros	21.387,51	-
Prest. de Serv. Futuros Araguaina SGE	285.560,50	261.190,48
Prest. de Serv. Futuros Taquaralto SGE	87.415,94	153.159,91
Prest. de Serv. Futuros Palmas SGE	148.878,59	211.361,73
Prest. de Serv. Futuros Paraiso SGE	28.805,48	31.457,48
Prest. de Serv. Futuros Gurupi SGE	-	55.230,17
Total	600.762,79	712.399,78

Nota 21. Demais Obrigações a Longo Prazo – Provisões e Contingências Judiciais

O saldo desse subgrupo estava assim composto:

	2021	2020
Provisões Judiciais Trabalhistas	1.247.578,53	1.139.005,16
Total	1.247.578,53	1.139.005,16

As contingências com prognóstico possível eram: R\$689.538,98

	2021	2020
Contingência Judicial Possível	689.538,98	537.051,13
Total	689.538,98	537.051,13




Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Nota 22. Patrimônio Líquido

O patrimônio líquido da Entidade estava assim representado:

	2021	2020
Patrimônio Social Acumulado	64.545.734,24	63.754.471,67
Superávit do Exercício	7.380.663,25	791.262,57
Total	71.926.397,49	64.545.734,24

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 o superávit econômico apresentado pela Entidade somou R\$ 7.380.663,25 (R\$ 791.262,57, em 2020).

Nota 23. Indicadores econômicos - financeiros

(a) Liquidez Imediata (LI): Disponível / Passivo Circulante - O índice de liquidez imediata indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos.

O resultado dessa relação apresentou ao término do exercício de 2021 o índice de R\$ 3,15, o que representa que para cada R\$ 1,00 real de obrigação a Entidade possui R\$ 3,15 de disponibilidade para honrar com tais compromissos.

(b) Liquidez Corrente (LC): Ativo Circulante / Passivo Circulante - O índice de liquidez corrente demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.).

Nesse contexto, o SENAI-DR/TO apresentou um índice ao final de 2021 de R\$ 4,20, o que representa que para cada R\$ 1,00 em obrigações de curto prazo a Entidade possui R\$ 4,20 de ativos para honrar com tais compromissos, no mesmo período.

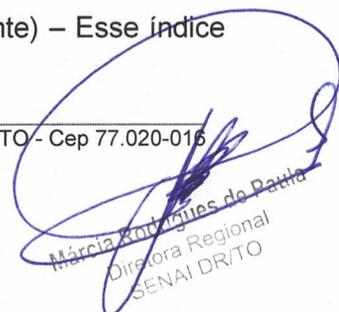
(c) Liquidez Geral (LG): (Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo) / (Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo) - O índice de liquidez geral demonstra quanto a Entidade poderá dispor em todos os recursos (de curto e longo prazo) para pagar suas dívidas totais.

Nesse contexto o SENAI-DR/TO, apresentou um índice ao término de 2021 de R\$ 2,01, o que representa que para cada R\$ 1,00 em obrigações de curto e longo prazo a Entidade possui R\$ 2,01 de ativos para honrar com tais compromissos.

(d) Endividamento Geral (EG): (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) x 100 / (Passivo + Patrimônio Líquido) - Esse índice demonstra o grau de endividamento da Entidade, refletindo também a sua estrutura de capital.

O resultado apresentado ao término do exercício de 2021 demonstra que o Endividamento Geral era de 21%, ou seja, que a Entidade possui um endividamento junto a terceiros de 21%. Com isso, 79% dos recursos utilizados pela Entidade são próprios.

(e) Solvência Geral (SG): Ativo Total / (Passivo Circulante + Passivo Não Circulante) - Esse índice

Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

demonstra o grau de garantia que a Entidade dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas.

O resultado apresentado no final do exercício de 2021 demonstra que o SENAI-DR/TO possui R\$ 4,66 de solvência, ou seja, que para cada R\$ 1,00 em obrigações a Entidade possui ativos da ordem de R\$ 4,66 para honrar com tais compromissos.

A seguir é apresentado quadro comparativo com tais índices:

Índice	2021	2020
Liquidez Imediata (LI)	3,15	2,67
Liquidez Corrente (LC)	4,20	3,52
Liquidez Geral (LG)	2,01	1,56
Endividamento Geral (EG)	21%	24%
Índice de Solvência Geral (SG)	4,66	4,10

Nota 24. Composição e comparativo das receitas e das despesas por categoria econômica

(a) Receitas por categoria

Descrição/Ano	Realizado 2020	Previsto 2021	Realizado 2021	Variação	
				R\$	%
Receitas Correntes	29.310.632,63	36.821.699,40	38.933.296,63	(2.111.597,23)	105,7%
Receitas de Contribuições (i)	5.164.237,28	6.176.204,94	6.741.376,19	(565.171,25)	109,2%
Receitas Financeiras (iv)	721.578,68	695.372,41	1.292.078,92	(596.706,51)	185,8%
Receitas de Serviços (ii)	2.011.593,32	4.610.328,85	6.933.523,35	(2.323.194,50)	150,4%
Outras Receitas Correntes (iii)	303.772,50	262.299,75	425.551,36	(163.251,61)	162,2%
Transferências Correntes	21.109.450,85	25.077.493,45	23.540.766,81	1.536.726,64	93,9%
Receitas de Capital	817.307,92	1.636.300,60	1.806.992,22	(170.691,62)	110,4%
Alienação de Bens	-	23.450,00	177.283,34	(153.833,34)	756,0%
Transferências de Capital	817.307,92	1.612.850,60	1.629.708,88	(16.858,28)	101,0%
Total	30.127.940,55	38.458.000,00	40.740.288,85	(2.282.288,85)	105,9%

(i) Receitas de Contribuição

As receitas de contribuição são constituídas pelas estimativas e apropriações mensais referentes às contribuições diretas, indiretas e adicionais das empresas industriais ao SENAI/DR-TO e às subvenções e auxílios regimentais.

(ii) Receitas de Serviços

As receitas de serviços são constituídas pela prestação de serviços tecnológicos, serviços de consultoria e assistência técnica, serviços administrativos, serviços educacionais e serviços laboratoriais.

(iii) Outras Receitas Correntes

As demais receitas correntes classificadas em "Outras Receitas Correntes" são provenientes das receitas com multas e juros de mora obtidos, descontos obtidos, indenizações e restituições e auxílios financeiros.




Marcia Redrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

CNDPJ - Palmas 11/03/2022 P61295A Pág. 19/53

(iv) Receitas Patrimoniais

As receitas financeiras contemplam as receitas, estimativas e apropriações mensais dos recursos provenientes de locação de imóveis, arrendamento e das aplicações financeiras (juros e caderneta de poupança).

Descrição/Ano	Realizado 2020	Previsto 2021	Realizado 2021	Variação	
				R\$	%
Receitas Financeiras	721.578,68	695.372,41	1.292.078,92	(596.706,51)	185,8%

(v) Receitas de Capital

Descrição/Ano	Realizado 2020	Previsto 2021	Realizado 2021	Variação	
				R\$	%
Receitas de Capital	817.307,92	1.636.300,60	1.806.992,22	(170.691,62)	110,4%
Alienação de Bens	-	23.450,00	177.283,34	(153.833,34)	756,0%
Transferências de Capital	817.307,92	1.612.850,60	1.629.708,88	(16.858,28)	101,0%

(b) Despesas por categoria

Descrição/Ano	Realizado 2020	Previsto 2021	Realizado 2021	Variação	
				R\$	%
Despesas Correntes	24.287.674,42	26.429.540,81	27.384.246,96	(954.706,15)	103,6%
Pessoal e Encargos Sociais (i)	17.033.960,28	16.750.003,35	16.623.870,86	126.132,49	99,2%
Outras Despesas Correntes (ii)	7.253.714,14	9.679.537,46	10.760.376,10	(1.080.838,64)	111,2%
Despesas de Capital (iii)	2.916.076,63	12.028.459,19	6.535.437,51	5.493.021,68	54,3%
Investimentos	2.217.076,45	10.568.608,97	5.075.505,89	5.493.103,08	48,0%
Inversões Financeiras	236,01	251,94	333,34	(81,40)	132,3%
Amortização da Dívida	698.764,17	1.459.598,28	1.459.598,28	-	100,0%
Total	27.203.751,05	38.458.000,00	33.919.684,47	4.538.315,53	88,2%

(i) Pessoal e Encargos Sociais

As despesas com pessoal e encargos sociais são referentes às remunerações das pessoas que integram o quadro de funcionários, empregados temporários, e com o pagamento dos encargos trabalhistas e assistenciais pertinentes.

(ii) Outras Despesas Correntes

As demais despesas correntes classificadas como "Outras Despesas Correntes" são referentes às despesas com ocupação e utilidades, materiais, transportes e viagens, material de distribuição gratuita, serviços de terceiros, impostos, taxas e contribuições, despesas diversas, transferências correntes.

(iii) Despesas de Capital

As despesas de capital são os gastos incorridos e as provisões classificáveis como aplicações diretas, investimentos e inversões financeiras e como transferência de capital.

(iv) Despesas Financeiras




Marcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DRTO

As despesas financeiras contemplam as despesas bancárias, de juros e descontos financeiros concedidos.

Descrição/Ano	Realizado 2020	Previsto 2021	Realizado 2021	Variação	
				R\$	%
Despesa Financeira	1.049.264,77	929.785,91	1.089.282,45	(159.496,54)	117,2%

Nota 25. Balanco orçamentário

No que se refere ao balanço orçamentário do SENAI-DR/TO, verifica-se que no exercício de 2021, houve um superávit de arrecadação no valor de R\$ 2.282.288,85, atingindo 105,93% de realização. Com relação às despesas, houve uma economia no valor de R\$ 4.538.315,53, com índice de realização de 88,20%. Com relação ao resultado orçamentário, verifica-se um superávit no valor de R\$ 6.820.604,38, no qual as receitas arrecadadas foram superiores as despesas realizadas no período.

Nota 26. Balanco financeiro

Descrição	R\$
Saldo do exercício anterior - Disponibilidades (31.12.2020)	24.674.480,61
(+) Recursos recebidos no exercício (Orçamentária e Extra Orçamentária)	43.213.745,20
Total dos recursos disponíveis	67.888.225,81
(-) Recursos despendidos no exercício (Orçamentária e Extra Orçamentária)	(38.367.956,96)
Saldo do exercício atual - Disponibilidades (31.12.2021)	29.520.268,85

O Balanço Financeiro demonstra um saldo no final do exercício de 2020 no valor de R\$ 24.674.480,61, que somado aos recursos de R\$ 43.213.745,20, recebidos no decorrer do ano de 2021, perfaz a quantia R\$ 67.888.225,81. Enquanto as despesas apresentam um dispêndio de recursos financeiros de R\$ 38.367.956,96, no exercício de 2021, apresentando, por fim, em 31 de dezembro de 2021, um saldo disponível de R\$ 29.520.268,85.

Nota 27. Demonstração das variações patrimoniais ativas e passivas

Descrição	R\$
Totais das variações ativas	47.113.543,18
(-) Total das variações passivas	(39.732.879,93)
Superávit Patrimonial	7.380.663,25

Em relação à Demonstração das Variações Patrimoniais Ativas e Passivas, houve um superávit de R\$ 7.380.663,25. O Superávit apresentado foi incorporado ao patrimônio do SENAI-DR/TO, destinado à manutenção dos objetivos institucionais, bem como à utilização em projetos estratégicos voltados ao atendimento das necessidades e melhorias do processo de gestão.




Márcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO

Nota 28. Demonstração dos fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa foi elaborada pelo método indireto, evidenciando as movimentações ocorridas no caixa e seus equivalentes, assim, demonstrados pelos fluxos das operações, dos investimentos e dos financiamentos.

O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, e os desembolsos relacionados com as ações e operações da Entidade.

O fluxo de caixa dos investimentos inclui os recursos relacionados à aquisição e à alienação de ativo não circulante.

O fluxo de caixa dos financiamentos inclui os recursos relacionados à captação e à amortização de empréstimos e financiamentos.

O Capital Circulante Líquido é a diferença entre o Ativo Circulante e o Passivo Circulante. Quando o Ativo Circulante é maior do que o Passivo Circulante, tem-se um Capital Circulante Líquido próprio, que no caso do SENAI-DR/TO, no ano de 2021, o capital circulante líquido próprio de R\$ 30.045.297,23

O termo “Caixa e Equivalente de Caixa”, compreende o numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, além das aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. O saldo do Caixa e Equivalente de Caixa no encerramento do exercício de 2021 foi de R\$ 29.520.268,85 (R\$ 24.674.480,61, em 2020), e um aumento caixa e equivalentes de caixa, no exercício, de R\$ 4.845.788,24.

Nota 29. Seguros

Os seguros contratados são considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros relacionados à garantia de valores e bens de propriedade da Entidade.

Nota 30. Outros assuntos

Os balancetes mensais do exercício, referentes à gestão orçamentária, financeira e patrimonial, foram apreciados e aprovados pelo Conselho Regional do SENAI/DR-TO.

Os saldos disponíveis em caixas e em bancos estão devidamente confirmados pelos respectivos termos de conferência, extratos bancários e conciliações.

Os demonstrativos contábeis, orçamentários e os quadros que fazem parte da prestação de contas são autênticos e resultam da escrituração dos livros contábeis, de forma a demonstrar o estado das situações orçamentária, financeira e patrimonial do SENAI – Departamento Regional do Tocantins.

Marcia Rodrigues de Paula
Presidente Regional
SENAI DR/TO

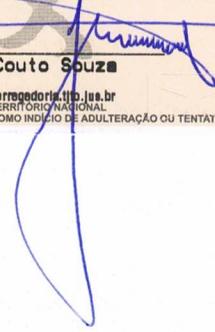
Palmas, 20 de janeiro de 2022.


Marcia Rodrigues de Paula
Diretora Regional
SENAI DR/TO


Clésio da Cruz Barbosa
Gerente Contábil
CRC/TO 005099/O-8

MOROMIZATO 敦 *Sinaldo Romão Moromizato*
Cartório e Tabelionato de Protesto OFICIAL / TABELIÃO
REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E DOCUMENTOS TELEFAX: (63) 3215-9900
E TABELIONATO DE PROTESTOS DE PALMAS - TO

SELO DIGITAL 127035AAC665748 - PBJ
REGISTRO CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS - Livro A
Protocolado sob o nº 61295, averbado sob nº AV-177
registrado sob o nº 2031. Dou fº. Palmas-TO 11/03/2022.
T.F.J. R\$7,03 Emol R\$11,95 ISS R\$1,99 Protocolo R\$3,47
FUNCIVIL R\$11,60 Pag.Ext. R\$34,20 Fd. Eletrônica R\$2,33
Outros R\$6,60 Total R\$79,17

 
Ferdinando do Couto Souza
Consulte o selo em <http://morragedorj.tjto.jus.br>
VALIDO EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL
QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO OU TENTATIVA DE FRAUDE



CATDPJ-Palmas 11/03/2022 P61295A Pág. 13/53